Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto Operacional

A Uptick Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 8 de setembro de 1997, e tem por objeto social a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, quotista ou consorciada.

A Companhia possui 5,8192% do capital total da controlada em conjunto Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN ("COSERN"), sociedade por ações de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

### A COSERN detém junto a ANEEL, a seguinte concessão:

Distribuição	Municípios	Localidades	Data da Concessão	vencimento
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/97	30/12/27

### 2. Base de preparação

### 2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e as normas do CPC)

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se referia à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS era custo ou valor justo.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com a revisão do IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa informação. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis.

### 2.2. Base de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Reais que é a moeda de apresentação, e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos e instrumentos financeiros, que podem ser apresentados pelo valor justo.

A reapresentação das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 13 de setembro de 2017.

### 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.4 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

### (a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda ("impairment") é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros s

original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

### 3. Resumo das Políticas Contábeis

As principais políticas e práticas contábeis da Companhia estão descritas abaixo e foram aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e nas demonstrações contábeis comparativas.

### a. Instrumentos financeiros

#### - Ativos financeiros:

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia possui os seguintes ativos financeiros:

 Registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia estes ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros que a Companhia tem classificados nesta categoria são: (i) saldos bancários e aplicações financeiras (nota 5). O CPC 40 requer uma classificação em uma hierarquia de três níveis (I, II e III) para mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros, sendo que esse ativo financeiro está classificado no Nível I.

### - Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não possui passivos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### - Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

### b. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

### c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão classificadas como títulos para negociação, mensuradas ao valor justo por meio do resultado. Estas aplicações financeiras estão registradas ao valor nominal, acrescidos dos rendimentos "pro-rata temporis" até a data do encerramento do exercício, não excedendo ao valor de mercado.

### d. Impostos e contribuições a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

### e. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são realizados para dar curso a discussões judiciais e não estão sendo atualizados monetariamente. São apresentados no ativo na expectativa de que ocorra desfecho favorável para a Companhia.

#### f. Outros ativos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores de custo e, quando aplicável, incluídos os rendimentos e reduzidos aos valores de realização.

### g. Investimento

Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas operacionais.

A participação em controlada em conjunto está avaliada pelo método da equivalência patrimonial. Os dividendos recebidos desta participação são registrados como uma redução do valor do investimento.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em conformidade com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realiza testes anualmente de modo a assegurar que seu investimento esteja registrado contabilmente por valor que não exceda seu valor de recuperação, incluindo a parcela de

ágio não amortizado de R\$ 19.601.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

### h. Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

### i. Imposto de renda e contribuição social

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 240 ano ou R\$ 20 mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%.

### i. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, avaliações de riscos em contingências, provisões para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas trimestralmente.

### k. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado - DVA, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, de acordo com as normas do CPC aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para as normas do IFRS, representam informação contábil adicional.

### Novas normas, interpretações e alterações efetivas a partir de 1º de janeiro de 2017

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2017. A Empresa não adotou essas alterações na

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

preparação destas demonstrações contábeis e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) - A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes) - A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. LAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1 de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

- IFRS 16 Leases (Arrendamento mercantil) Em meados de janeiro de 2016, o IASB aprovou esta norma, que entra em vigor para períodos anuais iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2019, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 16 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações;
- IAS 7 Demonstração de fluxos de caixa Alterações à IAS 7 Entra em vigor a partir de 1 de janeiro de 2017, visando divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores.
- IAS 12 Income taxes (alterações ao CPC 32 Tributos sobre o lucro) O IASB (International Accounting Standards Board) emitiu em janeiro de 2016, alterações ao IAS 12 Income taxes (CPC 32 Tributos sobre o lucro). As alterações são correlacionadas ao "reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas, e esclarece a forma de contabilização dos ativos fiscais diferidos relativos a instrumentos de dívida mensurados pelo valor justo. As alterações são efetivas para exercícios iniciados ou após 1 de janeiro de 2017. A Companhia está avaliando os efeitos que a IAS 12 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas normas estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor, se aplicável.

Outras normas emitidas não terão impacto na Companhia e em função disso, não estão destacadas acima.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### m. Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

### 4. Reapresentação

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo reapresentadas, de forma espontânea, em consonância com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, de modo a refletir nos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2016 e 2015 e nas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado dos exercícios findos naquelas datas, os seguintes principais ajustes que foram realizados em sua controlada em conjunto Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN:

- (a) Registro do complemento da atualização do valor justo do ativo financeiro indenizável.
- (b) Efeito do ajuste do passivo atuarial para correção de premissas utilizadas para determinação das taxas de desconto aplicadas nos cálculos das obrigações atuariais dos planos de benefício pós emprego.
- (c) Recálculo dos encargos setoriais em função da alteração da receita operacional líquida.
- (d) Complemento de provisão para contingências civis.
- (e) Baixa de projetos descontinuados, mas que estavam pendentes em 31 de dezembro de 2016.
- (f) Reversão de provisão para lucro nos resultados (PLR) que havia sido reconhecida inicialmente apenas em 2015, mas era de competências de exercícios anteriores.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (g) Efeitos da correção da alíquota efetiva do PIS e COFINS de exercícios anteriores registrados originalmente no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. (h) Efeitos tributários decorrentes de todos os ajustes efetuados.
- 4.1 Reapresentação dos saldos em 31 de dezembro de 2015

	Balanço patrimonial em 2015		
	Apresentado	Ajuste	Reapresentado
Ativo não circulante			
Investimento em controlada	49.694	(63)	49.631
Total do ativo não circulante	73.080	(63)	73.017
Total do ativo	80.305	(63)	80.242
Passivo circulante			
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	6.444	(3.325)	3.119
Total do passivo circulante	6.502	(3.325)	3.177
Total do passivo	6.514	(3.325)	3.189
Patrimônio líquido			
Reserva legal	7.439	(24)	7.415
Reserva de lucros a realizar	16.795	(283)	16.512
Dividendos propostos	-	3.500	3.500
Outros resultados abrangentes	(89)	69	(20)
Total do patrimônio líquido	73.791	3.262	77.053
Total do passivo e do patrimônio líquido	80.305	(63)	80.242

	 Demonstração d	lo resultado do exe	ercício em 2015
	Apresentado	Ajuste	Reapresentado
Resultado de equivalência patrimônial	12.065	(1.235)	10.830
Lucro líquido do exercício	12.394	(1.235)	11.159
Lucro líquido básico por ação	0,23636	(0,02355)	0,21281
	Demonstração o	do resultado abran Ajuste	gente em 2015 Reapresentado

	200		
	Apresentado	Ajuste	Reapresentado
Lucro líquido do exercício	12.394	(1.235)	11.159
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos - Reflexo	12.430	(1.235)	11.195

# Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Demonstração do fluxo de caixa em 2015			
	Apresentado	Ajuste	Reapresentado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	12.394	(1.235)	11.159	
Resultado da equivalência patrimonial	(12.065)	1.235	(10.830)	

	Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 2015						
		Reserva de	e Lucros				
	Capital Social	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva Legal	Dividendos propostos	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (Originalmente apresentado)	49.646	16.795	7.439	-	(89)	-	73.791
Efeito dos ajustes realizados no saldo de abertura		890	38		69		997
Efeito dos ajustes realizados no lucro líquido do exercício						(1.235)	(1.235)
Efeito dos ajustes realizados na reserva legal			(62)			62	-
Efeito dos ajustes realizados na reserva de lucros a realizar		(1.173)				1.173	-
Efeito dos ajustes realizados em dividendos propostos				3.500			3.500
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	49.646	16.512	7.415	3.500	(20)		77.053

	Demontração do valor adicionado em 2015			
	Apresentado	Ajuste	Reapresentado	
Valor adicionado recebido em transferência	12.936	(1.235)	11.701	
Equivalência patrimonial	12.065	(1.235)	10.830	
Valor adicionado total a distribuir	12.602	(1.235)	11.367	
Distribuição do valor adicionado	12.602	(1.235)	11.367	
Remuneração de capitais próprios	12.394	(1.235)	11.159	
Lucros retidos	5.950	(1.235)	4.715	

Resultado da equivalência patrimonial

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4.2 Reapresentação dos saldos em 31 de dezembro de 2016

	Balanço patrimonial em 2016		
	Apresentado	Ajuste	Reapresentado
Ativo não circulante		_	
Investimento em controlada	49.805	(624)	49.181
Total do ativo não circulante	72.409	(624)	71.785
Total do ativo	85.374	(624)	84.750
Passivo circulante			
Dividendos e juros s/ capital próprio a pagar	4.100	175	4.275
Total do passivo circulante	4.197	175	4.372
Total do passivo	4.209	175	4.384
Patrimônio líquido			
Reserva legal	8.000	(52)	7.948
Reserva de lucros a realizar	16.795	(816)	15.979
Outros resultados abrangentes	154	69	223
Total do Patrimônio líquido	81.165	(799)	80.366
Total do passivo e do patrimônio líquido	85.374	(624)	84.750
	Demonstração do	resultado do ever	cício em 2016
	Demonstração do Apresentado	resultado do exer Ajuste	cício em 2016 Reapresentado
Resultado de equivalência patrimônial		<b>Ajuste</b> (561)	
Resultado de equivalência patrimônial Lucro líquido do exercício	Apresentado	Ajuste	Reapresentado
Lucro líquido do exercício	Apresentado 10.525	<b>Ajuste</b> (561)	Reapresentado 9.964 10.670
	Apresentado 10.525 11.231	(561) (561) (0,01070)	9.964 10.670 0,20348
Lucro líquido do exercício	Apresentado 10.525 11.231 0,21418	(561) (561) (0,01070)	9.964 10.670 0,20348
Lucro líquido do exercício  Lucro líquido básico por ação  Lucro líquido do exercício	Apresentado	Ajuste (561) (561) (0,01070) resultado abrang	Reapresentado 9.964 10.670 0,20348 ente em 2016
Lucro líquido do exercício  Lucro líquido básico por ação  Lucro líquido do exercício  Total de resultados abrangentes do	Apresentado 10.525 11.231 0,21418  Demonstração do Apresentado	Ajuste (561) (561) (0,01070)  resultado abrang Ajuste	Reapresentado 9.964 10.670 0,20348  ente em 2016 Reapresentado
Lucro líquido do exercício Lucro líquido básico por ação	Apresentado  10.525  11.231  0,21418  Demonstração do Apresentado  11.231  11.474	Ajuste (561) (561) (0,01070)  resultado abrang Ajuste (561)	Reapresentado 9.964 10.670 0,20348  ente em 2016 Reapresentado 10.670 10.913
Lucro líquido do exercício  Lucro líquido básico por ação  Lucro líquido do exercício  Total de resultados abrangentes do	Apresentado  10.525  11.231  0,21418  Demonstração do Apresentado  11.231  11.474	Ajuste (561) (561) (0,01070)  resultado abrang Ajuste (561) (561)	Reapresentado 9.964 10.670 0,20348  ente em 2016 Reapresentado 10.670 10.913
Lucro líquido do exercício  Lucro líquido básico por ação  Lucro líquido do exercício  Total de resultados abrangentes do	Apresentado 10.525 11.231 0,21418  Demonstração do Apresentado 11.231 11.474  Demonstração	Ajuste (561) (0,01070)  resultado abrang Ajuste (561) (561)	Reapresentado 9.964 10.670 0,20348  ente em 2016 Reapresentado 10.670 10.913
Lucro líquido do exercício  Lucro líquido básico por ação  Lucro líquido do exercício  Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos - Reflexo  Fluxo de caixa das atividades	Apresentado 10.525 11.231 0,21418  Demonstração do Apresentado 11.231 11.474  Demonstração	Ajuste (561) (0,01070)  resultado abrang Ajuste (561) (561)	Reapresentado 9.964 10.670 0,20348  ente em 2016 Reapresentado 10.670 10.913

(10.525)

561 (9.964)

## Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 2016						
		Reserva de	Lucros				
	Capital Social	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva Legal	Dividendos propostos	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumula dos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Originalmente apresentado)	49.646	16.795	8.000	6.570	154	-	81.165
Efeito dos ajustes realizados no saldo de abertura		(283)	(24)		69		(238)
Efeito dos ajustes realizados no lucro líquido do exercício						(561)	(561)
Efeito dos ajustes realizados na reserva legal			(28)			28	-
Efeito dos ajustes realizados na reserva de lucros a realizar		(533)				533	
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	49.646	15.979	7.948	6.570	223		80.366

	Demontração do valor adicionado em 2016			
	Apresentado	Ajuste	Reapresentado	
Valor adicionado recebido em transferência	11.602	(561)	11.041	
Equivalência patrimonial	10.525	(561)	9.964	
Valor adicionado total a distribuir	11.231	(561)	10.670	
Distribuição do valor adicionado	11.231	(561)	10.670	
Remuneração de capitais próprios	11.231	(561)	10.670	
Lucros retidos	561	(561)	-	

### 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2016	2015
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	12.258	7.225
	12.258	7.225

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras consistem em aplicações em fundo de investimento de curto prazo, administrado pela Banco Bradesco S.A. e cuja política de investimento consiste na aplicação de recursos em títulos públicos federais ou papéis pré-fixados indexados a

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou à taxa Selic, gerando rentabilidade em nossa aplicações de aproximadamente 101% do CDI.

### 6. Tributos a Recuperar

2016	2015
2.542	3.552
449	221
2.991	3.773
	2.542 449

O Imposto de Renda - IR e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL correspondente aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras e retenção na fonte referente a serviços prestados. A Companhia mantém no ativo não circulante créditos tributários no valor de R\$ 2.991, cuja realização dependerá da geração de lucros tributários futuros por parte da Companhia.

# 6.1 Reconciliação dos montantes de contribuição social e impostos de renda registrados nos resultados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016 (Reapresentado)		2015 (Reapresentado)	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Alíquota do imposto de renda e contribuição social - Legislação	25%	9%	25%	9%
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:	10.670	10.670	11.159	11.159
(+) Adições				
Juros sobre o Capital próprio recebidos	3.328	3.328	1.954	1.954
(-) Exclusões				
Equivalência Patrimonial	(9.964)	(9.964)	(10.830)	(10.830)
Ganho na Variação de Participações Societárias				
Despesa de Juros sobre Capital Próprio	(4.100)	(4.100)	(2.500)	(2.500)
Lucro antes das Compensações	(66)	(66)	(217)	(217)
Compensação de prejuízos fiscais	66	66	217	217
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-	-	-

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014

A Lei n° 12.973/2014, resultante da conversão, com emendas, da Medida Provisória n° 627/2013, promove entre outras providências, alterações no cálculo do Imposto de Renda para as Pessoas Jurídicas, inclusive com a revogação do Regime de Tributação Transitória ("RTT"), a partir de 1° de janeiro de 2015. Entretanto, as companhias têm a opção de adotar antecipadamente as alterações desta Lei.

A Administração da Uptick avaliou o impacto das alterações promovidas pela Lei 12.973/2014, bem como o melhor momento para sua adoção e optou por sua adoção antecipada. Desta forma, a Companhia deixa de considerar os efeitos do ágio na apuração dos montantes devidos de contribuição social e imposto de renda.

### 7. Depósitos Judiciais

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	2016	2015
Cíveis	12	12

### 8. Investimento

### a) Movimentação do Investimento na Cia. Energética do Rio Grande do Norte - COSERN

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a participação da Companhia na Controlada em conjunto COSERN, está a seguir demonstrada:

	2016	2015	
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	
Saldo no início do exercício	49.631	48.993	
Equivalência patrimonial	9.964	10.830	
Ganhos líquidos sobre ativos atuariais - Reflexo	243	36	
Juros sobre o capital próprio	(3.328)	(1.954)	
Dividendos recebidos e propostos (8 c)	(7.330)	(8.273)	
Saldo no final do exercício	49.181	49.631	

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### b) Informações sobre a Cia. Energética do Rio Grande do Norte - COSERN

	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Quantidade de ações da COSERN		
Subscritas e integralizadas	168.074.028	168.074.028
Capital social da COSERN	179.787	179.787
Lucro líquido do exercício	171.260	186.151
Patrimônio líquido do exercício	845.143	852.888
Quantidade de ações possuídas pela Uptick:		
Ordinárias	7.576.650	7.576.650
Preferenciais - Classes A	1.156.609	1.156.609
Preferenciais - Classes B	1.047.352	1.047.352
Subscritas e integralizadas	9.780.611	9.780.611
Informações Uptick:		
Participação da Uptick no capital da COSERN		
Capital votante	5,8396%	5,8396%
Capital social	5,8192%	5,8192%
Lucro Líquido	10.670	11.159
Patrimônio Líquido	80.366	77.053

A participação inicial na COSERN foi adquirida por meio de leilão público realizado em 12 de dezembro de 1997 e de leilão especial realizado em 20 de fevereiro de 1998. A Comissão de Valores Mobiliários - CVM deferiu, em 4 de janeiro de 1999, o registro como companhia aberta da COSERN, para negociação dos seus valores mobiliários em bolsa de valores. A Companhia é controladora em conjunto da COSERN, nos termos do Protocolo de Entendimentos firmado entre os acionistas daquela empresa em 11 de dezembro de 1997.

Em reunião de 11 de julho e 13 de dezembro de 2000, o Conselho de Administração da Companhia aprovou sua participação na 1ª e 2ª Ofertas Públicas de Ações da COSERN, realizadas em 12 de maio e 22 de dezembro de 2000, ofertadas e adquiridas ao preço unitário de R\$ 3,90. Nessas ofertas públicas foram adquiridas 851.280 ações ordinárias e 936.299 ações preferenciais adicionais.

### c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio ("JCP")

A composição analítica dos valores deliberados ou propostos pela Controlada em conjunto COSERN, está a seguir demonstrada:

## Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2016	Ato societário:	Tipo de Provento	Valor por ação (R\$)	Valor Total (R\$ mil):
26/04/2016	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Dividendos	0,5383171829 ON 0,5921489012 PNA/B	5.384
01/08/2016	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,1663619001 ON 0,1829980901 PNA/B	1.664*
01/09/2016	Reunião do Conselho de Administração	Dividendos Intermediários	0,1946207839 ON 0,2140828623 PNA/B	1.946
03/10/2016	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,0831809501 ON 0,0914990451 PNA/B	832*
15/12/2016	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,0914990451 ON 0,2140828623 PNA/B	832*

<sup>\*</sup>Aos montantes de JCP supra citados, incidem a alíquota de 15% de IRRF e resultam no valor líquido de R\$ 2.828.

2015	Ato societário:	Tipo de Provento	Valor por ação (R\$):	Valor Total (R\$ mil):
22/04/2015	Assembleia Geral Ordinária	Dividendos	0,4482195687 ON 0,4930415256 PNA/B	4.483
	Reunião do Conselho de		0,0594105602 ON	
19/06/2015	Administração	Dividendos	0,0653516162 PNA/B	594
	Reunião do		0,3195884212 ON	
30/09/2015	Conselho de Administração	Dividendos	0,3515472633 PNA/B	3.196
	Reunião do		0,1954289647 ON	
30/09/2015	Conselho de Administração	JCP	0,2149718612 PNA/B	1.954*

<sup>\*</sup>Aos montantes de JCP supra citados, incidem a alíquota de 15% de IRRF e resultam no valor líquido de R\$ 1.661.

# Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Intangível

	2016	2015
Ágio no investimento	19.601	19.601

O ágio tem origem na aquisição do direito de exploração de serviço público de energia elétrica e estava sendo amortizado pelo método linear pelo prazo de 30 (trinta) anos. A partir de 1° de janeiro de 2009, conforme determinação da Lei 11.638/07, o ágio deixou de ser amortizado.

### 10. Impostos e Contribuições a Recolher

	2016	2015
Circulante		
IR s/ serviços de terceiros	1	1
PIS/ COFINS/ CSLL s/ servços de terceiros	1	2
PIS a recolher	15	1
COFINS a recolher	69	4
	86	8

### 11. Patrimônio Líquido

### a) Capital social

O Capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é de R\$ 49.646.

A composição do capital social autorizado da Companhia, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 1997, é de 200.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 52.437.003 ações encontram-se subscritas e integralizadas.

Acionistas	N° de ações em 31 de dezembro de 2016	
Ennesa Fundo de Investimento em Ações Outros	52.437.002 1	
Total	52.437.003	

### b) Reservas de Lucros

### i. Reserva legal

Foi constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. Em 31

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, foram constituídos os montantes de R\$ 533 e R\$ 558, respectivamente.

### ii. Reserva de Lucros a Realizar

O resultado da Companhia é composto basicamente pela equivalência patrimonial com a Controlada em conjunto COSERN. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia apresenta nesta reserva um saldo de R\$ 15.979 e R\$ 16.512, respectivamente.

A constituição desta reserva está em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 202 da Lei 6.404/76, o qual define que o pagamento do dividendo poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar.

### Movimentação da Reserva de Lucros

Saldo de Reserva de Lucros em 31 de dezembro de 2014	19.211
Constituição de Reserva Legal em 31/12/2015 (reapresentado)	558
Constituição de Reserva de Lucros a Realizar em 31/12/2015 (reapresentado)	4.158
Saldo de Reserva de Lucros em 31 de dezembro de 2015	23.927
Constituição de Reserva Legal em 31/12/2015 (reapresentado)	533
Absorção de Reserva de Lucros a Realizar em 31/12/2015 para deliberação de dividendos (reapresentado)	(533)
Saldo de Reserva de Lucros em 31 de dezembro de 2016	23.927

### c) Outros Resultados Abrangentes - Reflexo

No patrimônio líquido, a demonstração de outros resultados abrangentes reflexo, em atendimento ao CPC 26(R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados, decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários, na controlada COSERN.

### d) Resultado básico por ação

O cálculo de lucro por ação básico foi baseado no lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

### e) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzidos das destinações determinadas pela Assembleia Geral. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a administração da Companhia está propondo a distribuição de dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 6.037 em função do lucro do exercício e a

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

deliberação dividendos no montante de R\$ 533 relativos a reversão da Reserva de lucros a realizar.

A composição dos montantes de Dividendos e JCP deliberados em 2016 e 2015 está composta como segue:

2047

				2016
Data	Ato societário	Tipo de Provento	Valor por ação ON (em R\$)	Valor Total (em R\$ mil)
25/04/2016	Assembleia Geral Ordinária	Dividendos	0,0084585722	444
25/04/2016	Assembleia Geral Ordinária	Dividendos	0,0667467589	3.500
30/12/2016	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,07818906049	4.100
	·			8.044

2015 Valor por ação Tipo de Valor Total Data Ato societário ON (em R\$) Provento (em R\$ mil) 30/04/2015 Assembleia Geral Ordinária Dividendos 0,228593411 2.847 Reunião do Conselho de 30/12/2015 JCP 0,047676256 2.500 Administração 5.347

A movimentação do saldo da conta de Dividendos e JCP a Pagar é composta como segue:

Movimentação de proventos a pagar (reapresentado)	
Saldos em 31 de dezembro de 2013:	5.100
Dividendos e JCP Declarados	16.191
Dividendos e JCP Pagos	(15.820)
Complemento de dividendos mínimos obrigatórios (*)	175
Saldos em 31 de dezembro de 2014:	5.646
Dividendos e JCP Declarados	2.943
Dividendos e JCP Pagos	(5.471)
Saldos em 31 de dezembro de 2015:	3.118
Dividendos e JCP Declarados	7.600
Dividendos e JCP Pagos	(6.443)
Saldos em 31 de dezembro de 2016:	4.275

(\*) serão deliberados R\$ 175 a título de complemento de dividendos mínimos obrigatórios.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A base de cálculo para a distribuição de proventos em função do lucro do exercício é como segue:

	2016	2015	
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	
Lucro líquido do exercício	10.670	11.159	
Reserva legal (5%)	(533)	(558)	
Base de cálculo para dividendos	10.137	10.601	
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	2.534	2.650	
JCP deliberados em RCA	4.100	2.500	
Dividendos adicionais propostos	3.503	1.294	
Total de proventos propostos	10.137	6.444	

### 12. Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

### a) Ativos e passivos financeiros:

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de controlada em conjunto, depósitos judiciais, e contas a pagar e fornecedores. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

		2016		2015	
Natureza	Categoria	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	12.258	12.258	7.225	7.225
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	12	12	12	12
Contas a pagar à controladora	Outros passivos financeiros	4.275	4.275	3.118	3.118
Contas a pagar serviços prestados	Outros passivos financeiros	11	11	51	51

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### b) Risco de crédito:

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas.

### c) Risco de fraude:

A Companhia monitora todas as transações financeiras realizadas no curso do exercício não havendo nenhum indicio de erro intencional.

### d) Risco de taxa de juros:

O resultado financeiro da Companhia está suscetível a variações decorrentes das operações com aplicações financeiras em títulos públicos federais ou papéis pré-fixados indexados à média do CDI ou à Taxa Selic.

### 13. Receitas financeiras

	2016	2015
Renda de aplicações financeiras	781	564
Variação monetária	296	307
	1.077	871

### 14. Despesas Operacionais

_	2016	2015
Serviços de Terceiros	(299)	(210)
Tributos	(1)	(208)
Publicações	(48)	(42)
Contribuição a associações e entidades de classe	(5)	(59)
Outras	(19)	(23)
	(371)	(542)

### 15. Transações com Partes Relacionadas e Remuneração dos Administradores

A Companhia é controlada pelo Ennesa Fundo de Investimento em Ações, sendo este controlado pelos seguintes fundos de pensão: (a) FACHESF - Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social, (b) FASERN - Fundação Cosern de Previdência Complementar, (c) Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar, (d) FUNCASAL - Fundação Casal de Seguridade Social, (e) CELPOS - Fundação Celpe de Seguridade Social, (f) FAELCE - Fundação Coelce de Seguridade Social.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações com partes relacionadas referem-se basicamente serviços de assessoria e consultoria prestadas pela Eximia Capital Partners Ltda, que presta serviços aos membros do Conselho de Administração e a Diretoria da Uptick, os quais incluem: (i) Assessoramento contábil; (ii) administração de tesouraria; (iii) controle de custos; (iv) suporte aos trabalhos de natureza jurídica; (v) serviços de controle do patrimônio, do fluxo de dividendos e outros recebíveis da Cosern (vi) cumprimento de obrigações legais exigidas pelos órgãos reguladores do mercado e (vii) assessoramento de conselheiros e/ou diretores em reuniões de Conselho de Administração ou de Diretoria.

A remuneração dos administradores é realizada integralmente pelos controladores (Fundos de pensão). A Companhia não realizou qualquer pagamento ao pessoal-chave da administração, assim como não há remuneração baseada em ações da própria Companhia ou incentivos de longo prazo.

\* \* \*

Helder Rocha Falcão - Diretor Presidente e de Relação com Investidores Marcílio Quintino Correia da Silva - Diretor Administrativo Flávio Freitas Thomaz Pereira - Contador CRC RJ 081603/O-0